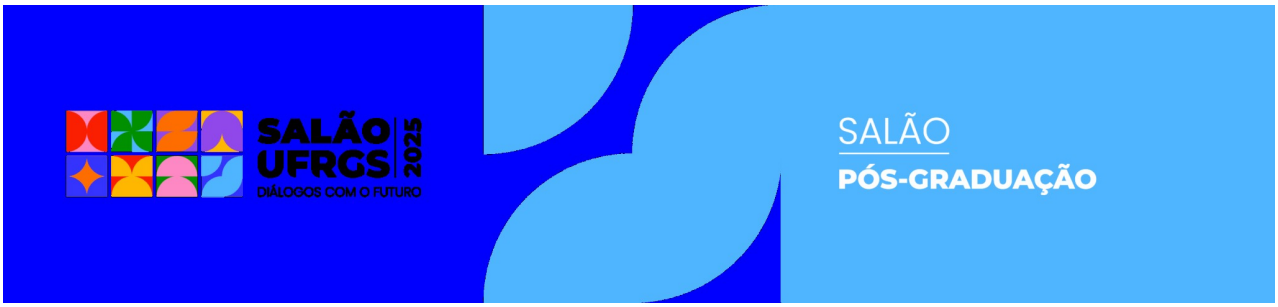


Evento	Salão UFRGS 2025: I SALÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO
Ano	2025
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	Invisibilidade territorial e injustiça climática: os quilombos da Grande Porto Alegre diante das enchentes de 2024
Autor	BARBARA GABRIELA SANTOS OLIVEIRA
Orientador	ALEXANDRE ALMEIDA DE MAGALHÃES

RESUMO: O trabalho analisa como a tragédia climática de maio de 2024 no Rio Grande do Sul intensifica desigualdades históricas enfrentadas pelas comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), buscando refletir de que forma a distribuição desigual dos impactos ambientais se refletem na construção de políticas públicas de mitigação, reparação e planejamento climático. Para isso, considera-se a conformação histórica, estrutural e social dessas comunidades, bem como a ausência de reconhecimento territorial a fim de compreender de forma mais profunda os efeitos concretos do desastre sobre seus territórios. Parte-se do entendimento de que essas comunidades têm sido historicamente negligenciadas pelo Estado, em um processo atravessado pelo racismo estrutural e ambiental, no qual os desastres ambientais funcionam como expressão última de abandono. Com o objetivo de mapear as comunidades quilombolas da Região Metropolitana de Porto Alegre afetadas pelas enchentes de maio de 2024 no Rio Grande do Sul, a pesquisa utiliza metodologia qualitativa, com enfoque na etnografia documental. A análise de documentos oficiais e não oficiais, como relatórios técnicos e planos de resposta a desastres, nos permite mensurar a dimensão desigual dos impactos da tragédia, bem como as lacunas das respostas públicas adequadas e específicas para essas comunidades. Trata-se de um exercício sociológico orientado à compreensão das formas pelas quais as questões climáticas e ambientais se articulam as dimensões sociais, culturais, raciais e políticas. Os resultados parciais indicam que a ausência de reconhecimento territorial e a sub-representação das comunidades quilombolas nos registros oficiais agravam os efeitos dos desastres e dificultam o acesso às políticas públicas. A pesquisa mostra como a invisibilidade institucional é estrutural e racializada, reproduzindo desigualdades históricas no contexto da crise climática. A governança ambiental, nesse sentido, carece de mecanismos sensíveis às especificidades territoriais e culturais. Preliminarmente, essa realidade evidencia a dupla fratura colonial ao demonstrar que a vulnerabilidade ambiental das comunidades quilombolas é inseparável da negação histórica de seus direitos territoriais e do racismo estrutural que sustenta sua invisibilização nas políticas públicas.
PALAVRAS-CHAVE: Enchentes; Território Quilombola; Injustiça Climática.